

Marcas da ordem patriarcal em *São Bernardo*: o dilema do favor¹



Marcos Hidemi de Lima
Doutorando/Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Resumo:

Este artigo vale-se da lógica do *favor* de Roberto Schwarz, dos conceitos *núcleo/nebulosa* de Roberto Reis e do binômio *ordem/desordem* de Antonio Candido, para discutir a permanência de alguns valores patriarcais no romance *S. Bernardo* (1934), escrito por Graciliano Ramos.

Palavras-chave: *S. Bernardo*, Graciliano Ramos, ordem patriarcal.

Abstract:

This article uses the logic of *favor* by Roberto Schwarz, the concepts *nucleous/nebulous* by Roberto Reis and the binomial *order/disorder* by Antonio Candido, to discuss the permanence of some patriarchal values in the novel *S. Bernardo* (1934), written by Graciliano Ramos.

Key-words: *S. Bernardo*, Graciliano Ramos, patriarchal order.

Resumé:

Cet article utilise la logique de la *faveur* de Roberto Schwarz, des concepts *noyau/nébuleuse* de Roberto Reis et du binôme *ordre/désordre* de Antonio Candido, pour discuter de la pérennité de certaines valeurs patriarcales dans le roman *S. Bernardo* (1934), écrit par Graciliano Ramos.

Mots-clé: *S. Bernardo*, Graciliano Ramos, ordre patriarcal.

1. Recebido em 23 de julho de 2009. Aprovado em 10 de agosto de 2009.

Variadas lógicas

A lógica do *favor*,² no seu sentido de elemento definidor de uma das facetas da história da mentalidade brasileira, foi sistematizada por Roberto Schwarz, principalmente em sua obra *Ao vencedor as batatas*, ao analisar algumas romances oitocentistas, detendo-se principalmente na obra de Machado de Assis, na qual este escritor dissecou as relações de poder e de subalternidade existentes, sob o crivo da sua fina percepção da realidade e dos homens, temperada com sua corrosiva ironia. Em seus romances, o leitor depara-se com ricos e homens livres movimentando-se nos espaços comuns a ambas as classes, muitas vezes estabelecendo ligações que, para a camada pobre, revelam-se como degraus para a ascensão socioeconômica, desde que atendam a certas práticas que passam pela dependência e pela submissão, nunca a igualdade perante a lei, atenuadas pelos vínculos socialmente aceitos do agregado, do compadrio, etc.

Em meio a essas duas classes bem definidas, havia a grande massa de escravos, desconsiderada no âmbito desse comércio de influências chamado *favor*. Portanto, o espaço para articulações ficava totalmente disponível aos homens livres, e a corrida para chegar aos patamares mais elevados da sociedade *grasso modo* tornava todos iguais, conquanto isso não fosse verdadeiro. É sabido que os candidatos a subir ao pódio da elite de então necessitavam, obrigatoriamente, de ingressar no longo corredor da anulação pessoal, isto é, eram conformados à conveniência dos poderosos, a ponto de confundirem-se com eles e com seus valores. Essa lógica do *favor* que Machado apresenta em suas obras não ficou restrita a essa época; atravessou-a modificando-se, modernizando-se, sendo possível ser encontrada na literatura do século XX, principalmente na que aborda a permanência dos valores patriarcais. O cenário social, é óbvio, sofreu modificações, mas mesmo assim esse código de via dupla de subserviência interessada continuou a regular as relações entre as pessoas.

² As definições *favor*, *núcleo*, *nebulosa*, *ordem* e *desordem* aparecerão, ao longo do texto, em itálico, quando se referirem aos conceitos empregados por Roberto Schwarz, Roberto Reis e Antonio Candido.

Fruto da imbricação com a ideia do *favor* proposta por Schwarz, a lógica que trata a propósito do *núcleo* e da *nebulosa*, presente em *A permanência do círculo*, de Roberto Reis, permite um olhar incisivo sobre o relacionamento entre homens livres que obtiveram capital suficiente para trocar de classe econômica e os que não tiveram as mesmas oportunidades, embora estes se esforcem para estabelecer os laços fundamentais que os tirem de um meio onde todos igualam-se pelos mesmos traços de miserabilidade. O vínculo entre os dois teóricos decorre do fato de suas ideias complementarem-se, ao se observar que Schwarz tem estudado o *favor* analisando personagens caracterizadas pelo apego aos valores patriarcais, pertencentes sobretudo ao espaço urbano, enquanto Reis detém-se em investigar mais argutamente personagens tanto do século XIX quanto do XX, muitas delas instaladas no entre-lugar do campo e da cidade, tentando via memorialismo resgatar valores patriarcais que ora se encontram em plena decadência. Sua teoria instala poderosos na esfera do *núcleo* e desvalidos de toda ordem na *nebulosa*, em que os primeiros concedem favores do alto de sua imponência e arrogância senhorial e os últimos ávidos em recebê-los, sujeitam-se a humilhações e negações.

A lógica do *núcleo* e da *nebulosa*, preocupada com a questão de espaços sociais por onde circulam as pessoas, estabelece regras precisas de convivência entre as partes, em que a hierarquia representa a argamassa fundamental para que a convivência seja regulada por um mínimo de tolerância que, obviamente, não raras vezes acaba descambiando em violência, seja ela explícita, seja ela implícita, mas frequentemente valendo-se de instrumentos coercitivos que mantenham bem claros os conceitos de superioridade e inferioridade social. Na equidistância entre os de cima e os de baixo, há uma porção de círculos concêntricos onde as pessoas giram buscando alcançar o centro irradiador de poder, empregando diversos meios para situar-se na proximidade do *núcleo*, boa parte dessas ações podendo ser resumida pelo mecanismo do *favor*, considerando-se que:

O favor é a nossa mediação quase universal — e sendo mais simpático do que o nexo escravista, a outra relação que a colônia nos legara,

é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção (Schwarz: 1992:16).

Mesmo que Schwarz esteja fazendo a análise das relações de poder mediadas pela lógica do *favor* ocorridas na literatura do século XIX, sem dúvida alguma, suas afirmações soam adequadamente nos romances surgidos principalmente a partir das primeiras décadas do século seguinte, em que a cena senhorial e patriarcal, embora submetida à erosão de seus valores, aparece focalizada buscando ainda manter os privilégios de classe em detrimento dos direitos básicos de uma grande massa de despossuídos, o que não deixa de ser uma reinterpretação que os escritores de então davam à conjuntura social, política, cultural e econômica do país. Dito de outra maneira, a relação entre pobres e poderosos na sociedade moderna brasileira mantinha-se graças à permanência de uma relação hierárquica em que a violência pessimamente ocultava-se com práticas modernizadoras no campo e na cidade, o que parecia dar a impressão de certa igualdade que, na realidade, não existia, porque as práticas trabalhistas continuavam, em pleno século XX, arraigadas àquelas de senhor e escravo que perduraram no Brasil por praticamente quatro séculos.

Detendo-se na análise da literatura oitocentista, Reis afirma que a sociedade baseia-se numa hierarquia, manifestada “em seu patriarcalismo/paternalismo, em sua organização eminentemente masculina. No *centro* – *núcleo* –, dominando, o senhor/o homem/o pai/o branco/o fazendeiro; na periferia – *nebulosa* – dominado, o escravo/a mulher/o filho/o índio/o sertanejo (e poderia incluir o gaúcho, o jagunço)” (1987:44), facilmente observável na literatura regionalista de 1930 em diante, em que apenas a figura do escravo não está presente, conquanto haja em seu lugar o jagunço, o trabalhador rural explorado e até mesmo o imigrante europeu, quase um escravizado também, submetido a inúmeros aviltamentos.

Essa estrutura hierárquica, segundo Reis, mantém “a permanência do *estrito círculo*, [que] atravessa o século XX, ainda que o ocupante da casa do dominador possa, por exemplo, se chamar coronel, e o da casa do dominado,

jagunço. Mudam as figuras mas persiste a estrutura” (1987:44), tal qual ocorre, por exemplo, na relação entre os personagens de *S. Bernardo* (1934) Paulo Honório e Casimiro Lopes, cuja fidelidade canina deste último ao patrão reproduz o *favor*, mesmo num momento em que a aristocracia rural, em crise, entrava em franca decadência.

Em meio ao *favor*, que marca com a tinta da diferença social e econômica ocupantes da *nebulosa* e do *núcleo*, existe outro elemento analítico, tanto sociológico quanto literário, que é a equação *ordem/desordem*, apresentada no ensaio de Antonio Candido “Dialética da malandragem”, cuja função é revelar os meios de aplainamento do rigor das leis (considerando-as menos em sua eficácia e mais como abstrações distantes da realidade brasileira) e as práticas de subversão às regras socialmente aceitas, efetuadas por grupos sociais, geralmente postos à margem dos direitos comuns a todos, levando esses sujeitos marginalizados ao empreendimento de ações – obviamente nem sempre passando pela questão da licitude – que tenha o objetivo de estabelecer um encurtamento entre a órbita reduzida de poderosos e a enorme *nebulosa* em que se misturam os variados naipes de despossuídos e de emergentes.

Candido discute no ensaio aludido sobre uma ordem malandra, que se configura em *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, romance que saiu em folhetins em 1853 no *Correio Mercantil*, onde o autor era redator e revisor, sendo publicado, posteriormente, em dois volumes, nos anos de 1854 e 1855. O herói do romance, ou melhor, o anti-herói Leonardo filho, bem como as demais personagens das classes populares cariocas que compõem essa crônica do Rio joanino, oscilam e alternam-se, dentro da hierarquia da sociedade, entre os polos da legalidade utópica e falsa do dever-ser e do mundo real, avesso às sanções do Rei e da Lei. Nessa gangorra social em que os protagonistas da história iam-se adequando, de acordo com as injunções e as circunstâncias que o momento pedia, a conclusão é que “Ficou o ar de jogo dessa organização bruxuleante fissurada pela anomia, que se traduz na dança dos personagens entre lícito e ilícito, sem que possamos afinal dizer o que é um e o que é o outro...”, segundo o comentário de Candido (1997:209).

Mesmo que Candido veja positivamente esse entrecruzamento entre o hemisfério da *ordem* e o da *desordem*, como um código malandro de que lançam mão as minorias, objetivando reagir a um mundo marcadamente hierárquico, recebendo o endosso de Walnice Nogueira Galvão, que vê em Leonardo a ancestralidade de Macunaíma, convém verificar que a falta de nitidez entre os dois polos resultou também numa lógica permissiva, susceptível de enxergar na ausência legal, moral e ética uma válvula de escape para cometer-se toda sorte de ações irregulares, sob a alegação de injustiça, invertendo o sinal negativo da indisciplina em sinal positivo, transformando os cidadãos em permanentes ludibriadores de qualquer ordem existente e geral, quando esta contraria interesses muitas vezes espúrios e particulares.

A simpatia de Candido por essa lógica excludente, justificada pela alegação sua de que se trata de uma forma de reação subversiva popular a uma sociedade violentamente hierárquica, cai na mesma alegação da de Schwarz, que afirma ser a lógica do *favor* mais agradável que o outro lado da moeda representada pela escravidão. Em outras palavras, ambos entendem que essas lógicas representam a sociedade brasileira, na qual há o enfraquecimento do corpo social e da ordem cede espaço aos valores individuais, estes sim reveladores e caracterizadores da identidade nacional cujo principal ponto é trazer em si mesma a marca da transgressão, percebida pela ótica da naturalidade das relações entre os indivíduos. A consequência dessa situação reflete-se na impossibilidade de haver diálogo entre os detentores do poder e os ocupantes da periferia do Estado, em razão de não se ter tornado corriqueiro o debate democrático entre os seus elementos, resultado de uma nação que levou até os últimos minutos a manutenção de uma instituição escravocrata de mãos atadas ao desmerecimento do trabalho, contentando-se em copiar leis, costumes e cultura europeus, sem conseguir sair dos esboços canhestros, abrindo brechas, aí sim, como reação instintiva e de sobrevivência, para que os de baixo da pirâmide tentassem achar um lugar ao sol, entretanto contaminando a raiz da sociedade ao misturar no mesmo saco todas as variantes da norma e do crime, como atitudes aceitas do e no mundo da legalidade.

O pai ausente

O binômio paternalismo/patriarcalismo de que trata Reis mantém-se como uma lógica vigente nos romances surgidos a partir de 1930, embora a antiga estabilidade desse par já estivesse sentindo os tremores em seus alicerces, como se constata, por exemplo, em romances oitocentistas, em que a figura do pai está ausente, transformando o filho-família num sujeito deslocado, incapaz de impor sua vontade, abrindo brechas nas já roídas paredes do casarão patriarcal.

Em decorrência disso, Reis afirma que uma das características dos romances que focalizam a derrocada da classe senhorial, masculina e patriarcal vem a ser a falta da figura do pai, transformando os filhos em seres perplexos, incapazes de encarnarem o papel que a sociedade tradicional espera deles, após a decadência das velhas oligarquias rurais coincidindo com o declínio da figura imponente do patriarca. Resta, pois, a esses homens impossibilitados de reviver o período áureo da cena patriarcal³ empregar o artifício da escrita memorialista, única possibilidade de trazer para o plano da realidade uma situação que havia deixado de existir. Há que se considerar que nesse flanco aberto pelo pai ausente, a importância da figura feminina tende a aumentar, a ponto de pôr em xeque a validade da lógica do homem ou até mesmo – reflexo da desestruturação desse código paternal e patriarcal – feminizando o que pertencia à esfera masculina, como se observa, por exemplo, com o Bentinho adolescente, acuado, irresoluto e tímido diante da determinação de dona Glória de mandá-lo para o seminário – um filho tão umbilicalmente ligado à mãe, agindo feminino e estoicamente, incapaz de questioná-la ou desagradá-la.

A ausência paterna para Paulo Honório, narrador de *S. Bernardo*, não parece ter grande importância, como se depreende de seu senso prático, pelo

³ Roberto Reis detecta a cena patriarcal principalmente na produção literária regionalista de 1930, em que o palco é a casa-grande, onde está o senhor de engenho, o usineiro, o fazendeiro de café ou de cacau, relacionando-se socialmente pelo casamento endogâmico entre parentes; enquanto a relação com os sujeitos que não estão na condição anterior pauta-se no compadrio, numa relação em que impera a lógica do *favor*.

menos na exteriorização de seus sentimentos, escamoteando essa lacuna não só paterna como também materna, pois desconhece ambos. O poderoso coronel chega a aventar que essa situação lhe é vantajosa, eliminando quaisquer relações de parentesco com quem quer que seja e, avaliando pelo lado econômico, tornando isso uma vantagem para evitar que seu patrimônio duramente obtido seja facilmente dilapidado. A figura paterna representa ser pouco importante para ele, a ponto de ligeiramente abordá-la quando se apresenta ainda como um desajeitado narrador nas suas primeiras linhas escritas, não mais tocando no assunto ao longo do romance.

Sem pai ou mãe biológicos como referenciais, o poderoso dono da fazenda S. Bernardo representa a si mesmo simultaneamente a figura paterna e patriarcal, ao se julgar fundador de uma família, enquanto a imagem materna reproduz-se em Margarida, a mãe adotiva. Interessante que a desvalorização familiar concebida pelo narrador refere-se fundamentalmente à figura do pai, porque ele a encarna. Num de seus momentos de rara humanidade, o fazendeiro preocupa-se de veras com a linha matrilinear, envidando esforços e gente para localizar e trazer a negra Margarida, sua mãe adotiva, oferecendo à velha quase centenária o conforto de uma moradia na sua própria fazenda. Existem, portanto, três aspectos determinantes para Paulo Honório tornar-se o iniciador de um núcleo familiar: em primeiro lugar, ele ocupa o espaço do pai desconhecido; em segundo, ele restabelece o vínculo filial com a mãe adotiva, a fim de situar-se histórica e genealógicamente; e em último lugar, para dar continuidade à sua descendência, tem um filho com Madalena.

Paternidade, paternalismo e patriarcalismo amalgamam a figura do coronel numa só; ele se julga ter a autoridade de pai que castiga exemplarmente os filhos/empregados, como ocorre com as pancadas que dá em Marciano, porque este não executou uma determinada tarefa corretamente, ou na admoestação contra Marciano e Padilha, quando encontra ambos falando sobre direitos humanos e sociais; Paulo Honório também entende que suas vontades sexuais devem ser satisfeitas pelas mulheres (figurando aqui como filhas) que vivem dentro de seus domínios, possibilitando que se entreveja um caráter incestuoso nessa relação concupiscente.

Ao se pensar que na família do tipo patriarcal não vigorava somente a consaguinidade como elemento que estabelecia os liames entre os seus integrantes, muito pelo contrário, vizinhos, amigos, agregados, etc. também eram levados em consideração nesses laços familiares, o relacionamento entre Paulo Honório e Rosa inscreve-se no âmbito do incesto, porque no lugar de fazer as vezes de pai protetor contra o assédio sexual que pode vitimar a empregada (aqui vista como filha), o próprio fazendeiro deseja e possui a empregada, talvez até tendo filhos com ela, sem entrar nas considerações do adultério, visto que esta mulher com quem às vezes dorme é casada com Mariano, o empregado que o fazendeiro castiga e humilha constantemente.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, é possível postular que o fazendeiro ocupa o lugar do pai negando-o ao se autoproclamar fundador de uma nova ordem familiar e, também, transformando-se em patriarca, porque a posse da fazenda insere-o no plano da representatividade social e econômica, logo reconhecido como senhor com poderes absolutos para, do alto da “casa-grande”, distribuir a justiça, o amor e o desvelo aos trabalhadores de sua terra.

Esse vínculo quase promíscuo entre as esferas paternalista e patriarcalista modificam-se com a entrada em cena da futura esposa Madalena, muito embora não ofereça uma solução para o dilema de Paulo Honório em afirmar-se perante a sociedade como sujeito fundador, agora de fato, de uma família. Isso explica o porquê de o narrador-protagonista ansiosamente sair à procura de uma mulher que lhe dê um filho, nem que para isso valha-se de critérios estranhos de avaliação das possíveis pretendentes, que passam fundamentalmente pela capacidade feminina de procriação.

Entre os critérios utilizados pelo coronel na escolha da mulher que vai gerar-lhe um descendente, chama atenção aquele relacionado a conceitos eugênicos, trazidos a princípio pela sua prática com a reprodução animal, como se depreende da leitura do romance, e que acaba contaminando seu modo de pensar. Em virtude disso, casar com Madalena e ter com ela um filho soluciona, pelo menos na aparência, a dicotomia pai/patriarca e o caráter incestuoso de seu relacionamento com Rosa, uma das empregadas

da fazenda, com a qual não pode casar, devido a seguintes circunstâncias: a) Rosa é mulher de Marciano e tem uma porção de filhos, não eliminando até mesmo que Paulo Honório seja pai de alguns deles, b) ela é antes de tudo tida por filha/empregada aos olhos do fazendeiro, portanto passível de conspurcar a fundação da nova família a que tanto almeja o narrador, c) no âmbito das classes sociais, Rosa ocupa um lugar muito distante, carecendo de qualquer poder ou representação social.

O capítulo XVII do romance trata a respeito do casamento de Paulo Honório e Madalena, assinalando o encerramento de sua ligação paternalista e incestuosa com Rosa, embora seja mantida a estrutura pai/patriarca na sua relação com amigos, com subordinados e, de agora em diante, com a esposa.

Entretanto nesse mesmo capítulo evidencia-se a relação conturbada que será a vida dos dois, havendo por parte do coronel descobertas relativas à mulher que o deixam surpreendido, desde a incapacidade de afinar sua sintaxe com a dela, passando pela vontade de Madalena em ocupar-se em atividades referentes à administração da fazenda, contrariando a lógica patriarcal que estabelece o lugar da mulher no âmbito dos afazeres domésticos.

Constatada como inconveniência, há, enfim, a percepção ainda não tão nítida do fazendeiro de que sua esposa possuía preocupações humanitárias em relação aos trabalhadores, levando-o, ainda sob o encantamento da paixão, a ceder aos pedidos da esposa em oferecer alguma ajuda aos mais necessitados da fazenda. Essa aparente boa vontade de Paulo Honório modifica-se posteriormente quando tem seu olhar transfigurado pelo ciúme, passando a conotar as ações da mulher no sentido de trazer-lhe prejuízos monetários, de ser ela o principal móvel subversivo predisposto a destruir todo seu patrimônio, concluindo enfim, dentro de um delírio de ciúme, que sua esposa era a representante de causas comunistas.

O filho sem nome

Na criação de um personagem dialeticamente moderno e atrasado como Paulo Honório, capaz de transformar uma fazenda decadente num

empreendimento que dispõe de máquinas eficientes, gado bovino de qualidade, produção especializada de frutas, Graciliano Ramos confirma estar antenado à modernidade da sociedade, adotando em sua narrativa temas e técnicas de composição das escolas realistas e naturalistas, interrompendo essa filiação quando traz para sua obra as contradições daqueles estilos literários, seja na economia descritiva, seja no eficiente uso de gírias e expressões regionais, seja transplantando para a figura do coronel sua ácida crítica contra o atraso brasileiro, disfarçado pelo ornamento de modernas técnicas industriais andando com as mais vis relações trabalhistas, além de mostrar o personagem endossando um discurso médico-higienista e filosófico ultrapassado e preconceituoso em relação à mulher, uma maneira de o literato alagoano criticar uma literatura que se vangloriava em ser realista, contudo sem captar corretamente a realidade.

Por não se filiar a essa corrente literária excessivamente ligada ao recorte fotográfico, Flora Süssekind (1984) identifica Graciliano Ramos, entre os que surgiram por volta de 1930, sob a denominação de “geração regionalista”, como um escritor neo-naturalista, cuja preocupação reside em sondar os aspectos psicológicos de suas personagens em contato com um meio físico e social extremamente empobrecedor da humanidade das pessoas. Quando a esposa suicida-se, numa clara negativa à aceitação dos valores do coronel que “vive em função do desejo de propriedade, eliminando friamente tudo e todos que constituem ou possam constituir ameaça” (Malard 1976:47), o narrador de *S. Bernardo* está totalmente habilitado para desumanizar as pessoas que o cercam e reificá-las.

A ideia de casamento para Paulo Honório prende-se a conceitos positivistas e sanitaristas, levando-o a julgar essa opção como se fosse uma questão de saúde feminina, tal qual a crença muito difundida na literatura médica do século XIX, a ponto de contaminar muitas obras literárias da época, em que o leitor pode facilmente encontrar alusões à loucura, à doença e à depressão femininas, todas relacionadas à falta da consumação matrimonial e sexual. Infelizmente, tais pensamentos ainda persistem em pleno século XXI, a despeito de todas as mudanças ocorridas, depois que as mulheres

passaram a ser ouvidas pela sociedade. No caso do romance de Graciliano, cuja história transcorre poucos anos antes de 1930, esses preconceitos estavam mais fortemente enraizados no corpo social, difundidos aos quatro cantos como verdades implacáveis e convincentes, principalmente no espaço rural, naturalmente mais resistente às ideias modernas e civilizadoras.

Discursos como o acima exposta e uma tendência a zoomorfizar as relações humanas permitem, pois, a Paulo Honório, expor teorias absurdas a respeito do casamento ligado à finalidade única de reprodução de par com técnicas de seu manual de zootecnia, como modo de justificar qualidades boas ou ruins dos filhos e também para discordar da necessidade de haver reciprocidade de sentimentos entre pessoas que desejam casar. Demais, o coronel toca num ponto fulcral, ao observar que o matrimônio representava uma viabilidade de a mulher ascender economicamente, possivelmente sem consciência de que no mercado de trabalho a remuneração feminina era, e continua sendo, bem mais reduzida que a mão de obra masculina, além de existir reduzidos postos de trabalho para o sexo feminino, sendo o magistério, nos primeiros decênios do século XX, uma das poucas atividades aceitas com menos reservas pelos pais e maridos, ciosos em proteger o corpo da mulher das presumidas ameaças do espaço público.

Em meio a esses conceitos em que o novo e o velho contradizem-se e emaranham-se, o nascimento do filho merece do narrador uma curta linha, no último parágrafo do capítulo XXIII, onde o leitor é informado de modo sumário que “Madalena tinha tido menino” (Ramos 2004:145), e observa-se de imediato que sequer nome tem este pequeno ser, desimportante para o fazendeiro, conforme considerações feitas tempos depois, possivelmente desgostoso de o menino aparentemente não ter herdado suas características.

No capítulo final, enquanto faz os acertos de contas com sua própria consciência, o coronel volta a pensar no filho, registrando secamente que “Nem sequer tenho amizade a meu filho” (Ramos 2004:221), na amargurada constatação de que entre o menino e ele, mesmo com a trágica morte de Madalena há dois anos, não se estabeleceu nenhum liame significativo. Em relação a esse menino a quem o leitor sequer sabe o nome, Paulo Honório age

como pai ao imaginar-lhe uma atividade no futuro, mas seus sentimentos de paternidade restringem-se a isso, o sentimento de amor pela pequena criatura confessadamente não existe, como se depreende do seguinte comentário: “É certo que havia o pequeno, mas eu não gostava dele. Tão franzino, tão amarelo! Se melhorar, entrego-lhe a serraria. Se crescer assim bambo, meto-o no estudo para doutor” (Ramos 2004:206), permanecendo também em sua fala a preocupação de caráter comercial de um homem acostumado a avaliar as pessoas pela sua capacidade produtiva, da qual nem o filho escapa.

Filtrado pela narrativa em primeira pessoa de Paulo Honório, a impressão que o leitor tem sobre esse filho sem nome, quase ausente das preocupações materna e paterna, restringe a uma imagem de criança doentia, posta aos cuidados de criadas da casa, negando as teorias aventadas pelo fazendeiro de que se “o casal for bom, os filhos saem bons; se for ruim, os filhos não prestam” (Ramos 2004:100). No auge de sua desconfiança de que a esposa o enganava com outros homens, o coronel mira e remira o garoto, à procura de provas de um adultério que somente existe dentro de sua cabeça, deixando transparecer o desamor que nutre pelo filho, concluindo que sua mulher não fazia o papel de mãe de acordo com suas expectativas e as do seu meio, encobrindo, na realidade, com essa formulação o relacionamento agastado entre ambos, resultante das discussões frequentes provocadas pelo ciúme que o atormenta, transformando Madalena numa pessoa tomada pela depressão.

Pode-se inferir desse abandono do filho aos cuidados de terceiros – em que até mesmo um jagunço faz as vezes de pajem do menino – o resultado da incompatibilidade que tanto Paulo Honório quanto Madalena têm em relação a núcleo familiar burguês, ambos incapazes de interpretar seus papéis de pai e mãe, movidos, talvez, pelo histórico familiar dos dois: o fazendeiro desconhece os verdadeiros pais, ligando-se afetivamente a uma mãe adotiva; Madalena não faz alusões a seus pais, sua única referência é tia Glória. Portanto, nenhum dos dois se desvela pelo filho, havendo de ambas as partes projetos diferentes de vida, entre os quais encaixam o futuro herdeiro da fazenda.

Um casamento sem amor

Na trama deste romance é apresentada a dicotomia *núcleo* e *nebulosa* concebida como dois espaços em que interesses e forças contrárias buscam estabelecer um vínculo de convivência, embora se saiba de antemão do insucesso dessa tentativa, haja vista que a ordem patriarcal e masculina, representada por Paulo Honório, não cede o espaço central do poder à Madalena, mulher da cidade, estranha àquele meio ainda voltado para a esfera rural.

Na relação conflituosa entre os dois, o coronel apela para um vale-tudo para que a inteligente esposa não alce voos maiores que aqueles que ele julga que ela deva fazer: o fazendeiro inventa uma suspeita de adultério e envenena seu espírito com essa suposição, nos mesmos moldes de alucinação misturada com ciúme que ocorre com Bento Santiago de *Dom Casmurro*. Na história de Graciliano, o ponto central do romance refere-se ao fato de Madalena casar com Paulo Honório mais por comodidade que por interesse, ou seja, trata-se de uma professora primária sem recursos, optando por uma saída que mais se revela uma estratégia de sobrevivência entre os ocupantes da *nebulosa* a união a um elemento que represente o *núcleo*.

De acordo com essa ótica, parece que não existe fingimento em Madalena, suas ações pautam-se por um sentimento prático em obter meios de escapar à instabilidade econômica via matrimônio, conquanto possua um grau de profissionalização superior à média feminina de então, não obstante desvalorizada socialmente pela órbita masculina, que enxergava no magistério uma extensão das atribuições reservadas às mulheres na intimidade do lar, sobretudo a da maternidade, levada para o recesso escolar, onde a pureza e a castidade estavam a salvo, por tratar-se de espaços em que a presença do homem era bastante reduzida.

Em *Impostura e realismo* (1991), John Gledson considera que as narrativas em primeira pessoa, na obra machadiana, passam pela ameaça silenciosa mas preocupante do “narrador suspeito”, capaz de conduzir a história de modo a valorizar sua presença como protagonista, enquanto relativiza a importância

dos outros personagens, além de subtrair, acrescentar, adulterar, evidenciar, etc. determinadas informações que possam modificar, por exemplo, contra sua vontade, um ponto de vista favorável do leitor, ou vice-versa, em relação aos componentes de sua trama.

Da mesma maneira que Bentinho engendra uma narrativa marcada pela imprecisão, Paulo Honório também articula com maestria sua narrativa de modo a ir suprimindo, editando, cortando os fatos que resolveu pôr no papel, convencido a contragosto de que “aconteceria exatamente o que aconteceu” (Ramos 2004:220), porque lhe é impossível modificar-se, embora o caráter confessional de sua obra apresente um homem humanizado, entretanto ainda sujeito masculino de um discurso que não permite ao leitor perceber a voz feminina, a não ser nas lacunas do texto.

Diante do interesse amoroso de Paulo Honório, Madalena move-se no terreno da dubiedade e da ambiguidade, possibilitando que se cogite que ela tenha aderido a uma outra vertente do *favor*: um casamento de interesse, o qual macula seus preceitos morais em não se dobrar às injunções econômicas, embora não existam elementos suficientes no romance para afirmar que a professora primária tivesse claramente intenção de unir-se a outra pessoa, objetivando alterar sua condição socioeconômica. Nem mesmo uma presumida ameaça da solidão pode ser aventada como hipótese de que ela, com vinte e sete anos de idade, estivesse sentindo que suas chances no mercado matrimonial reduziam-se rapidamente, levando-a à opção de casar com um homem por quem não nutre nenhum sentimento amoroso, na expectativa de que o amor venha com o tempo e com a convivência.

Pressionada por Paulo Honório sobre a proposta de casamento que este lhe fizera, Madalena vale-se de uma resposta que prima pelo caráter dúbio, hesitante, como se tentasse contornar aquela situação que a põe contra a parede, que não lhe consente refletir com mais vagar, e que traz nas suas entrelinhas a violação à sua conduta ética, dobrada ante as circunstâncias de sua pobreza evidente, empurrando-a para uma espécie de sujeição, estratégica por um lado, no sentido de representar uma vida melhor, sem privações, porém, por outro, o retrato da capitulação dos pobres diante dos ricos, com

o agravante de ter que engolir em seco a humilhação, espécie de condição *sine qua non* para fugir à miserabilidade.

A resposta de Madalena, portanto, esconde por trás do fantasma da dúvida a aceitação da subalternidade: dizer sim com todas as letras significa pôr fim a tantas privações passadas por ela e dona Glória, a tia que a criou e que a acompanha; dizer não categoricamente, evitando que intimamente sintasse ultrajada, representa fechar as portas a uma situação de comodidade econômica e social sinalizada por um casamento de conveniência. Ela opta, pois, em pôr no início de sua resposta “Parece que nos entendemos” o verbo ‘parecer’ no seu aspecto de auxiliar modal indicando dúvida ou aparência, como se já soubesse que entre o rude fazendeiro e ela não seria possível um relacionamento conjugal equilibrado.

A despeito da conveniência ou não do matrimônio, cumpre observar que antes dessa resposta marcada pela dubiedade, havia ocorrido outro diálogo entre a professora e o coronel, mais precisamente no capítulo XV, em que Paulo Honório confessa à moça, à queima-roupa, seu desejo de ter uma companheira, não provocando indignação na garota criada em cidade grande, acostumada, provavelmente, com o estabelecimento de uma relação entre duas pessoas em que há bastante importância em conhecer-se um ao outro, antes de optar pelo casamento. Na surpresa demonstrada por Madalena, diante da proposta de unir-se ao fazendeiro o mais rápido possível, instala-se o germe da dúvida em aceitar ou não subir ao altar com um homem que mal conhece, não obstante haver o imperativo da necessidade de mudar sua história de permanente pobreza que, concomitantemente, impele-a e desencoraja-a, porque se valer do *favor* pressupõe, também, a realidade da submissão ao poderio desse sujeito que lhe oferece o fim das privações passadas ao longo de sua existência, desde quando era uma jovem estudante normalista até professora mal remunerada.

Fora da ordem

O preço para sair das instâncias da *nebulosa* e instalar-se na órbita do *núcleo* revela-se bastante caro. Não se trata apenas de aceitar um matrimônio

em que o elemento amoroso está ausente, dado nem um pouco incomum no cotidiano brasileiro do século XIX e bastante persistente ao longo do século XX. A ação de transferir-se de um espaço de perspectivas nulas para outro que, em tese, permita vislumbrar aberturas de todos os tipos, representa uma forma de aniquilamento pessoal, principalmente pelo fato de Madalena ter vindo de um meio social e econômico muito precário, dentro do qual sua reação quase instintiva de sobrevivência – com o intuito de manter sua postura ética contra o *favor* – foi buscar por meio dos estudos uma maneira de empreender a reversibilidade da miséria em sucesso, na crença de que o sistema capitalista premiaria os mais esforçados.

Em outra chave, sua postura honesta endossa o respeito à ordem – não ainda naquele sentido de integração entre *ordem* e *desordem*, conforme “Dialética da malandragem”, de Antonio Candido – cultivando a esperança de trilhar uma via em que os direitos sejam iguais para todos. Infelizmente, mal obtém o diploma, a professora primária apercebe-se da inversão dos valores da sociedade, oferecendo aos ocupantes das franjas da sociedade as migalhas e o desprezo, permitindo que a *desordem* prevaleça em práticas de poderosos que torcem a lei de acordo com suas vontades.

As inversões da *ordem* para a *desordem*, seja funcionando como uma prática corriqueira, seja apresentando-se como uma pequena infração às normas, também podem ser vistas em *S. Bernardo*, onde tanto Paulo Honório quanto Madalena transgridem as regras estabelecidas, cada um deles percorrendo vias diferentes. O primeiro partindo da *desordem* para a *ordem*; e a mulher percorrendo o caminho da *ordem* para a *desordem*, embora para ela o desvio pareça ser mínimo, se for levado em conta que no universo de relações pessoais da sociedade brasileira é comum a aceitação quase sem resistência de algumas ações ilícitas, acatando as regras do *favor* sem a observação da violência que lhe é implícita.

A partir do terceiro capítulo o leitor trava contato com Paulo Honório, narrador da história, e descobre que o homem pertence à periferia social: filho enjeitado pelos pais, guia de cego e espécie de filho adotivo de uma doceira negra. Além disso, como trabalhador rural acaba envolvendo-se

numa briga por causa de uma mulher, esfaqueando seu oponente e indo para a cadeia. De modo sumário, constata-se ser ele um sujeito cujo deslocamento circunscreve-se ao mundo da *desordem*, uma esfera em que seus elementos dispõem de poucas oportunidades, em que a pobreza material anda de braços atados com a marginalidade e com a violência, até que os instrumentos legais da sociedade levem-no à exclusão social representada pela prisão. Destituído de liberdade, o narrador-protagonista obtém do aprendizado da leitura um dos primeiros instrumentos de conscientização da necessidade de uma viravolta nos seus conceitos, e isso se torna nítido quando, logo após ter saído da cadeia, ele estabelece a si mesmo que deveria “ganhar dinheiro”, talvez inspirado não exatamente pelas palavras aprendidas no livro bíblico, mas mais provavelmente pelas preleções de Joaquim sapateiro, que tinha “uma bíblia miúda, dos protestantes” (Ramos 2004:16), difundindo os ideais do trabalho e da acumulação monetária como fatos naturais, sem a pecha pecaminosa que o catolicismo empresta ao último.

Os feitos seguintes mostram o futuro coronel às voltas com empréstimos a juros escorchantes, andanças pelo sertão negociando toda a sorte de produtos, equilibrando-se entre a *ordem* e a *desordem*, conforme se observa nos capítulos IV, V e VI, nos quais adquire mediante extorsão e dolo a fazenda S. Bernardo, envolve-se em quizílias com um vizinho que avança sobre suas terras e, enfim, encerra a questão mandando armar uma emboscada e dando cabo do inimigo. Doravante, o fazendeiro vai valer-se das artimanhas jurídicas de seu advogado para instaurar uma nova forma de violência, mais branda nos seus métodos, em consonância com o que a nova situação pede, pois havia-se transformado em proprietário. Mesmo estando mais próximo da esfera da *ordem*, Paulo Honório não deixa de frequentemente perpetrar a violência física, num de seus muitos arroubos, que prosseguirão mesmo depois do seu casamento, uma marca caracterizadora de um homem rude, afeito a resolver os problemas empregando a força.

No caso da futura esposa de Paulo Honório, o desvio ao mundo da *ordem* a que se alude acima pode ser considerado mínimo, ao se pensar que a sociedade brasileira tem entranhada em sua cultura práticas que destoam das

razões morais que tornam, a princípio, todos os cidadãos iguais, quer seja na reivindicação de seus direitos, quer seja assumindo seus deveres. Esse parâmetro de equidade entre as pessoas é, em tese, a conquista da tríade igualdade-liberdade-fraternidade, posta em circulação na efervescência das mudanças radicais dos fins do século XVIII, com a Revolução Francesa e a ascensão da burguesia, tornando-se ideais paradigmáticos para as constituições de cada país, inclusive o Brasil, embora aqui as ações não endossem essas palavras, porque observa Schwarz que, entre o modelo europeu e a realidade brasileira, o decalque dessas ideias acabaram por se apresentar “fora do lugar”.

E esse deslocamento espacial das ideias, de que o autor de *Um mestre na periferia do capitalismo* trata, continuava em pleno vigor no século XX, ou seja, o atraso nacional perdurava, as cópias importadas eram mal aproveitadas, a apropriação era infelizmente canhestra, redundando no permanente atraso brasileiro, maldisfarçado por alguns enfeites, alguns brilhos, algumas miçangas, que nossas elites punham em circulação, camuflando a indigência da sociedade e o descalabro do Estado, incapaz de oferecer um padrão de qualidade a todos os cidadãos.

Valores traídos

O caminho trilhado por Madalena de Macció a Viçosa não se reduz tão-somente a uma transferência da ambientação urbana da capital do estado, ou melhor, de ambientação suburbana, para outra, encravada entre o rural e o urbano, no caso, primeiramente a cidade de Viçosa e, logo depois, a instalação na fazenda S. Bernardo. Nessa passagem de um espaço para outro, ocorre paulatinamente uma mudança no espírito da professora primária, ao trair alguns de seus valores, principalmente aqueles que se referem à questão ética.

No entanto, o problema que se lhe afigura é de ordem prática e, mesmo exercendo uma função de carreira, seus rendimentos são irrisórios, insuficientes a longo prazo para mantê-la e, concomitantemente, oferecer guarida para a velha tia que a acompanha, a quem deve econômica, moral

e sentimentalmente a obtenção do título de professora. Diferentemente de muitas outras moças que abraçaram a carreira do magistério em detrimento da estabilidade do casamento, Madalena avalia o projeto de matrimônio como uma ação positiva, mesmo que sua inteligência, sua consciência socializante e suas ações de mulher independente possam servir como um impedimento a esse seu anseio.

Madalena não ama, não se vale de seus dotes femininos para conquistar um marido, nada tem de seu a não ser um título de professora normalista, levando-a justamente por tudo isso a titubear diante da proposta de Paulo Honório. Além disso, sua atitude independente leva-a a abalar as estruturas do edifício patriarcal por não endossar a ideologia do marido de valer-se de toda sorte de arbitrariedades para ocupar o *núcleo*. Como parte integrante do círculo de poder, que o status do casamento lhe conferiu, ela enunciará o contra-discurso questionando a lógica do fazendeiro capitalista, porém nesse embate de forças é Madalena quem acaba caindo por terra.

Contrariando as ideias do marido como também dispondo de argumentos para contestá-lo, essas ações acabam distinguindo os dotes intelectuais de Madalena em relação à capacidade do marido em multiplicar o capital e explorar o próximo. Isso desarma Paulo Honório. Inseguro e percebendo-se menos letrado que ela, apega-se aos fantasmas de um adultério que não existe, a fim de ter munição para um enfrentamento com a mulher. Sem dispor de um raciocínio razoável porque sua visão está turbada pelo ciúme, o fazendeiro acusa-a de traí-lo, e essa pressão psicológica leva-a ao suicídio. Fim da história: mantém-se a lógica patriarcal, com sérias rachaduras em sua estrutura, graças ao emprego da pressão/repressão contra a figura feminina, deixando, todavia, sequelas no próprio narrador; em outras palavras, abrem-se fendas na lógica masculina, revelando que o espaço do homem, nesse romance, começa a ser ocupado pela mulher, conquanto esta acabe sendo silenciada pela morte, não impedindo, todavia, que os ecos de sua lembrança perpetuada em livro ressoem na mente atribulada do narrador.

Observa-se, ademais, que nesse romance a intriga amorosa anda de mãos dadas com as preocupações monetárias. Por conseguinte, o logro, sob

a ótica do narrador, apresenta-se duplicado, tanto no sentido de ele acreditar-se enganado pela esposa quanto no sentido etimológico da palavra, de onde se originou também o vocábulo lucro. O presumido “negócio supimpa” – definição que Paulo Honório atribui ao seu casamento com Madalena – mostra-se uma ameaça ao capital que ele conseguira juntar ao longo de vários anos, incluindo-se aí ela própria, vista sob o prisma da propriedade. A resolução da mulher em socorrer os menos afortunados da fazenda do marido resulta no início das diferenças que somente se avolumarão entre ambos, revelando à professora a faceta extremamente selvagem do capitalismo praticado pelo marido, que vê tudo e todos sob o único denominador da cifra.

Além disso, Paulo Honório presume que os espaços exteriores da fazenda não podem sofrer a interferência feminina, porque ali se realizam ações consideradas masculinas: a relação patrão/empregado, as ordens para execuções das tarefas cotidianas, a produção, etc., portanto, ambiente vedado à mulher, cabendo a esta apenas a área privada, geralmente onde a circulação revela-se predominantemente feminina, proporcionando ao ciumento fazendeiro maior eficácia para controlar o deslocamento de sua mulher dentro do ambiente doméstico, que se revela, ademais, ser um reduto que suscita produzir uma ação domesticável na vontade de Madalena, ao lhe tolher a movimentação e o contato com as demais pessoas que vivem em S. Bernardo.

A mentalidade patriarcal de Paulo Honório turva sua visão diante da sensibilidade de sua mulher, e ele sequer dá-se ao trabalho de ocultar essa faceta capitalista (ou pelo menos atenuá-la), voltada tão-somente para o intuito de amealhar riquezas e reproduzi-la na sua fazenda conjugando um mínimo de desperdício de energia com um máximo de produtividade. O toque de feminilidade trazido pela esposa simplesmente é desdenhado, em razão de trazer embutida a necessidade de estabelecer laços humanitários com os empregados da fazenda. Ou melhor, o universo feminino não interessa àquele mundo em que a ordem masculina demonstra ser a única com validade e respeitabilidade, visando restringir a circulação da mulher ao reduto privado da casa.

Já observou Antonio Candido que o drama de Paulo Honório deriva de sua avidez pela propriedade, dispensando, por conta de seu senso prático, ao tomar a resolução de contrair matrimônio, o sentimento de amor, porque no horizonte de suas expectativas ele está à procura, na realidade, de uma mulher que lhe desse um herdeiro. Porém, seus conceitos começam a mudar quando se apaixona por Madalena, enquanto esta opta pelo casamento sem amor, face a sua precariedade econômica.

Com efeito, o patriarca à busca do herdeiro termina apaixonando, casando por amor: e o amor, em vez de dar a demão final na luta pelos bens, se revela, de início, incompatível com eles. Para adaptar-se, teria sido necessária a Paulo Honório uma reeducação afetiva impossível à sua mentalidade, formada e deformada. O sentimento de propriedade, acarretando o de segregação para com os homens, separa, porque dá nascimento ao medo de perdê-la e às relações de concorrência. O amor, pelo contrário, unifica e totaliza. Madalena, a mulher – humanitária, mãos-abertas – não concebe a vida como relação de possuidor a coisa possuída. Daí o horror com que Paulo Honório vai percebendo a sua fraternidade, o sentimento incompreensível de participar da vida dos desvalidos, para ele simples autômatos, peças da engrenagem rural (Candido 1992:26).

A lógica que opera nas concepções de Madalena passa pelo apagamento das diferenças entre os detentores do poder e os desvalidos – incluindo-se ela própria nessa última condição –, maneira pela qual ela pretende estabelecer seu relacionamento com o marido, o que significa, sob outra ótica, a desreificação dos trabalhadores da fazenda, que é também sua negativa em ser “coisa possuída”, a esbarrar na ausência de uma educação sentimental de Paulo Honório, impossibilitado de romper a redoma em que se encerrou, totalmente convencido de que a sua cultura de proprietário deva andar de mãos dadas com a brutalidade, a violência, a total ausência de respeito

pelo próximo, notadamente se este pertencer à periferia social, ação que se estende à esposa, também concebida como uma posse, um tanto quanto rebelde, que necessita ser moldada ao padrão de mulher obediente, calada e subserviente às atitudes do esposo.

O erro, se é que pode ser considerado um erro, talvez um anseio utópico, que Madalena comete advém de sua crença em ajustar, logo depois de casada, seus sentimentos de igualdade social aos valores senhoriais, incompatíveis entre si, como em pouco tempo ela própria constata, diante da inflexibilidade demonstrada pelo marido em relação aos seus empregados. Como senhora que detém o comando da casa da fazenda, suas ações que buscam levar mais conforto aos mais desafortunados repercutem estranhamente, porque o código que move esse espaço encravado no meio rural, espécie de paraíso às avessas criado por Paulo Honório, passa pela exploração capitalista, na qual não cabem a comiseração ou o reconhecimento de que muitas pessoas fracassam ao longo da vida.

Rural versus urbano

Em que pesem os novos ares do século XX, Paulo Honório representa uma espécie de lógica sertaneja, que ainda mantinha válidas muitas de suas práticas e, no romance de Graciliano, embate-se com a lógica da urbanização (Madalena encarna-a bem, embora passe a viver na fazenda do marido), que se havia tornado o discurso oficial das elites e dos mandatários brasileiros, ávidos em esconder a chaga da pobreza e da miscigenação racial, reestruturando o espaço urbano e empurrando a população pobre para a periferia das cidades. O que se percebe, no caso de Madalena, ocupante do espaço suburbano de Maceió, é que o meio urbano empurra-a além da periferia, ao inviabilizar seu projeto de tornar-se professora na capital, porque não contava com o famigerado “pistolão”, restando-lhe a transferência para uma cidade menor.

Existe um descompasso entre o momento vivido por Madalena e a nova realidade que pouco a pouco se impunha ao país. De acordo com a

narrativa, os acontecimentos sucedem-se poucos anos antes da Revolução de 1930, considerada uma verdadeira reviravolta nas velhas práticas políticas que engessavam o país, mesmo que, em verdade, tenha havido uma substituição da velha elite cafeeira por um grupo liberal, ávido por trazer a renovação, desde que os privilégios mandonistas mantivessem-se intocáveis.

Ao fazer o processo inverso do que começaria a ocorrer no Brasil, isto é, o abandono do meio rural pelo urbano, Madalena não poderia ter outro destino senão o seu silenciamento. A princípio, recém-chegada à fazenda do marido, a personagem enfatiza seu discurso moderno, politizado e urbano de melhores condições humanas ao trabalhador, inclusive voltado para a valorização da pessoa, indo além das expectativas, pelo tom socializante de sua fala, que não era o dos novos grupos que ocupavam o lugar das velhas elites, mas de uma parcela que almejava mudanças mais radicais do que aquelas sinalizadas pelos novos tempos.

O problema decorre do fato que a resistência da elite rural, leia-se aí Paulo Honório, em relação a uma pretensa modernização da sociedade brasileira mostraria sua força contrária que permitiria compartilhar o poder com aqueles que se afinassem com certa inamobilidade do poder, em outras palavras, haveria mudanças desde que os privilégios da política vigente permanecessem, fazendo-se pequenas concessões que demonstrassem uma aparente afinação com a modernidade. Afinado por esse diapasão, vê-se esse contraste na fazenda S. Bernardo, em que o atraso e a modernidade caminham de mãos dadas. Dessa forma, embora as condições de trabalho sejam aviltantes, com práticas semelhantes às empregadas na época da escravidão, havia, em contrapartida, para esses mesmos trabalhadores moradias com energia elétrica e até mesmo uma escola, dando uma demão de verniz modernizante ao arcaísmo das práticas sociais.

Ainda que a Revolução de 1930 represente para Paulo Honório um susto, pois o movimento pretendia, na sua ânsia saneadora das velhas práticas, pôr fim a uma política em que apenas Minas Gerais e São Paulo revezavam-se no poder, graças à manipulação do processo eleitoral. Observa-se, inicialmente, um abalo na estrutura política brasileira, ancorada

no setor agrário, pondo um facho de luz sobre o espaço da cidade. Há a impressão que os antigos vícios acabar-se-iam, no entanto o que realmente acontece é uma acomodação de terrenos: mantém-se a intocabilidade do poder rural, com alguns arranhões aqui e acolá, nada porém que mostrasse uma revolução social. Obviamente, essas fissuras no tecido social brasileiro tornar-se-iam de agora em diante rachaduras enormes, contidas a custo por todos aqueles que concordavam que a sociedade brasileira necessitava avançar, preferencialmente, de maneira gradual, um discurso que voltaria à tona algumas décadas depois, quando novamente a elite juntamente com os militares resolveram que o restante da população necessitava ser tutelada, diante de sua suposta incapacidade de gerir-se a si mesma.

Dois grandes problemas, ou dilemas, seguem Madalena na sua troca da cidade pelo campo, mesmo que ela mostre-se afinada com conquistas sociais realmente provocadoras de uma alteração no cenário nacional: um deles origina-se de sua tentativa em confrontar o núcleo fraturado do espaço urbano com suas ideias avançadas, levando-se em conta que as mudanças esperadas eram mais de caráter discursivo que efetivamente prático; o outro enfrentamento, esse sim mais complexo, dá-se em relação à sua tentativa em questionar o mundo rural, representado pela fachada moderna que o marido dá a seus empreendimentos, que escondia, porém, por detrás disso, um procedimento, na verdade, antenado com as velhas oligarquias rurais, em tudo que ela representa de atraso e violência. E a situação torna-se mais complexa pelo fato de a professora carrear suas ideias urbanas, reivindicadoras, para um espaço engessado, que se modernizava apenas na técnica, com o intuito de melhor obter rendimentos da mão-de-obra barata ali existente, desligando-se de qualquer tentativa que representasse humanização e consciência, sendo a última palavra quase que uma ameaça à integridade do presumido liberalismo de Paulo Honório.

A despeito de toda essa representação da tirania de Paulo Honório, calcificado num código do sertão em que quaisquer mudanças nos hábitos e costumes chegam a ser acintosas, tal é a imobilidade como é concebida, Madalena acaba casando e convivendo com ele, travando um combate de

vida e morte, até ceder a essa derradeira, derreada pela conscientização de que seu papel de mulher moderna, à frente de convenções, acabou indo de encontro à paralisia desse mundo patriarcal. Provavelmente, uma das poucas ações passíveis de condenar o procedimento de Madalena vem a ser esse matrimônio pautado na ausência do sentimento amoroso – que nem mesmo a convivência conseguiu produzir, pelo contrário, acirrou as diferenças entre os dois. Há sim, nessa aceitação do casamento por parte da mulher, uma velada estratégia de sobrevivência, naquele sentido de uma prática da qual os desafortunados frequentemente lançam mão e, mais difícil de afirmar-se, um interesse de afirmação social que passa também pela afirmação econômica.

Em virtude disso, mal se instala em S. Bernardo, ela não titubeia em mostrar-se proprietária, condição obtida, como corretamente presume, do pacto nupcial ocorrido entre ambos, e essa atitude de dona causa real descontentamento no marido, seguro de que tudo que possuía havia sido obtido apenas pelo seu esforço individual, e essa sensação nova para ele desperta-o da letargia amorosa, que até então o havia tomado, contentando-se “com o rosto e com algumas informações ligeiras” (Ramos 2004:110), suficientes, a seu ver, para ter um retrato completo da esposa.

O sentimento avassalador do ciúme, no entanto, ainda estava por vir, havendo por parte do narrador a preocupação com a ameaça de ver-se obrigado a dividir o mando com sua mulher, que, a seu ver, não enxerga as fronteiras bem nítidas que a lógica do mundo rural, no meio das classes senhoriais, estabelece entre os componentes dos dois sexos, ou seja, total distanciamento das atividades consideradas de cunho masculino. Entretanto, o fazendeiro não consegue perceber que tem diante de si uma jovem idealista que sonha com a fraternidade entre as pessoas e que cogita que ele endosse também esses valores; e isso revela a ingenuidade de Madalena, mesmo a par dos valores socialistas e materialistas em voga à época, incapaz de perceber que tamanha riqueza só poderia ter sido construída mediante a exploração do próximo.

Suas boas intenções em envolver-se no mundo do trabalho da fazenda derivam justamente desse conceito de igualdade de direitos e deveres, da

divisão igualitária, etc., inviabilizadores de seu projeto de conciliar o espírito proprietário e o espírito humano. E esse desejo, numa apreensão superficial, acaba sendo rapidamente repellido por Paulo Honório, por representar uma intromissão num espaço público, masculino e, numa percepção de uma estrutura mais profunda, afigura-se como uma espécie de destituição do sujeito masculino de uma ordem feita para e por ele, cedendo o espaço do *núcleo* a uma nova lógica, feminina, incompatível com a realidade e o pensamento existentes.

Além disso, como ocupante do *núcleo*, o fazendeiro julga a princípio que seus códigos são eticamente válidos, que o papel feminino deve-se ater em expressar-se dentro da conformidade da esfera privada, abolindo o contato com o espaço exterior, interdito para as manifestações femininas, apenas franqueadas em locais e situações especiais, mesmo assim sob intensa vigilância. Resta, pois, à Madalena circular nas esferas tradicionalmente destinadas à mulher: o espaço da casa, da igreja, da escola e dos encontros sociais, onde os membros da comunidade, atendendo a preceitos morais, se valem de mecanismos de controle e de cerceamento em relação às mulheres, ações que comprovam a misoginia disfarçada sob o discurso masculino a atribuir à mulher uma fragilidade não só física, mas também psicológica; o que, de acordo com essa norma, torná-la-ia mais vulnerável às armadilhas engendradas pelos homens.

Essa vigilância não era exercida apenas pela ala masculina da sociedade; as próprias mulheres, consciente ou inconscientemente, endossavam esses valores como se fossem seus, resultado de anos a fio de anulação de seu próprio discurso, transformado numa espécie de prática de ventriloquismo do dizer do homem, mas que também pode esconder, na sua aparente sujeição a essa ordem androcêntrica, um discurso silencioso de reação às desigualdades impostas, ocupando as lacunas deixadas pelo homem no espaço privado, permitindo, de acordo com as observações de Maria Lúcia Rocha-Coutinho (1994), que as mulheres teçam e entreteçam sua afirmação por detrás das relações familiares.

Referência bibliográfica

CANDIDO, Antonio. 199?. Dialética da malandragem. In: ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Círculo do Livro.

_____. 1992. *Ficção e confissão*: ensaios sobre Graciliano Ramos. São Paulo: Ed. 34.

GLEDSON, John. 1991. *Impostura e realismo*: uma reinterpretação de Dom Casmurro. Trad. Fernando Py. São Paulo: Companhia das Letras.

MALARD, Leticia. 1976. *Ensaio de literatura brasileira*: ideologia e realidade em Graciliano Ramos. Belo Horizonte: Itatiaia.

RAMOS, Graciliano. 2004. *S. Bernardo*. Posf. de Godofredo de Oliveira Neto. 78. ed. rev. Rio de Janeiro: Record.

REIS, Roberto. 1987. *A permanência do círculo*: hierarquia no romance brasileiro. Niterói: EDUFF; Brasília: INL.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. 1994. *Tecendo por detrás dos panos*: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco.

SCHWARZ, Roberto. 1992. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades.

SÜSSEKIND, Flora. 1984. *Tal Brasil, qual romance*: uma ideologia estética e sua história: o naturalismo. Rio de Janeiro: Achiamé.